



2º Simulado Especial

MPU

Analista do MPU
Direito - Pós-Edital

Simulado

2º Simulado MPU (Analista do MPU - Direito)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista do MPU - Direito do MPU**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/FxzUNe1ULhJeV98z8>

01 - A B C D E	17 - A B C D E	33 - A B C D E	49 - A B C D E	65 - A B C D E
02 - A B C D E	18 - A B C D E	34 - A B C D E	50 - A B C D E	66 - A B C D E
03 - A B C D E	19 - A B C D E	35 - A B C D E	51 - A B C D E	67 - A B C D E
04 - A B C D E	20 - A B C D E	36 - A B C D E	52 - A B C D E	68 - A B C D E
05 - A B C D E	21 - A B C D E	37 - A B C D E	53 - A B C D E	69 - A B C D E
06 - A B C D E	22 - A B C D E	38 - A B C D E	54 - A B C D E	70 - A B C D E
07 - A B C D E	23 - A B C D E	39 - A B C D E	55 - A B C D E	71 - A B C D E
08 - A B C D E	24 - A B C D E	40 - A B C D E	56 - A B C D E	72 - A B C D E
09 - A B C D E	25 - A B C D E	41 - A B C D E	57 - A B C D E	73 - A B C D E
10 - A B C D E	26 - A B C D E	42 - A B C D E	58 - A B C D E	74 - A B C D E
11 - A B C D E	27 - A B C D E	43 - A B C D E	59 - A B C D E	75 - A B C D E
12 - A B C D E	28 - A B C D E	44 - A B C D E	60 - A B C D E	76 - A B C D E
13 - A B C D E	29 - A B C D E	45 - A B C D E	61 - A B C D E	77 - A B C D E
14 - A B C D E	30 - A B C D E	46 - A B C D E	62 - A B C D E	78 - A B C D E
15 - A B C D E	31 - A B C D E	47 - A B C D E	63 - A B C D E	79 - A B C D E
16 - A B C D E	32 - A B C D E	48 - A B C D E	64 - A B C D E	80 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/EdVZ>

MÓDULO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***01. Observe o seguinte fragmento textual:**

“Um bom filme não é exatamente aquele que, quando termina, nos deixa insatisfeitos, parados, olhando, quietos, para a tela, enquanto passam os letreiros, desejando que não cesse? Um bom livro não é aquele que, quando encerramos a leitura, permanece um pouco apoiado no colo e nos deixa absortos e distantes, pensando que não poderia terminar? Uma boa festa, um bom jogo, um bom passeio, uma boa cerimônia não é aquela que queremos que se prolongue? Com a vida de cada um e de cada uma também tem de ser assim; afinal de contas, não nascemos prontos e acabados. Ainda bem, pois estar satisfeito consigo mesmo é considerar-se terminado e constrangido ao possível da condição do momento.”

Mário Sérgio Cortella

Assinale a opção que apresenta a posição central desse pequeno texto:

- a) a ideia de uma satisfação completa e permanente é inalcançável na vida.
- b) a insatisfação constante, embora seja necessária, causa fadiga e angústia.
- c) a vida consiste em um processo contínuo de aprendizado e transformação.
- d) todos almejam um final feliz em suas vidas, assim como nos filmes e livros.
- e) muitos recorrem a filmes e livros para escapar da realidade insatisfatória.

02. Assinale a opção que mostra informações corretas sobre o gênero e o tipo textuais desse fragmento textual.

- a) A Texto descritivo, de tipo jornalístico, da responsabilidade de um observador, com predominância de identificar ou localizar uma realidade qualquer.
- b) B Texto descritivo, de tipo informativo, da responsabilidade de um especialista, com predominância de qualificar uma realidade qualquer.
- c) C Tipo dissertativo, de caráter expositivo-informativo, da responsabilidade de uma autoridade, com predominância de expor fatos.
- d) D Tipo dissertativo, de caráter argumentativo, da responsabilidade de um argumentador, com predominância de defender uma tese.
- e) E Tipo narrativo, de caráter realista, da responsabilidade de um narrador, com predominância de relato de fatos em sequência cronológica.

03. Assinale a frase em que a passagem da voz ativa para a passiva com auxiliar foi feita de forma adequada.

- a) O fogo queima facilmente a madeira. / A madeira foi queimada facilmente pela madeira.
- b) Todos procuravam a verdade a ser dita. / A verdade a ser dita fora procurada por todos.
- c) O paciente corria o risco de morte durante a cirurgia. / O risco de morte era corrido pelo paciente durante a cirurgia.
- d) O povo não guardara as memórias dos tempos bons. / As memórias dos tempos bons não eram guardadas pelo povo.
- e) Não importa se a gravadora lança as músicas. / Não importa se as músicas foram lançadas pela gravadora.

04. Assinale a opção em que a relação lógica entre os segmentos da frase se encontra corretamente indicada.

- a) Antes que o trem chegasse à estação, / todos os passageiros já estavam o aguardando. – relação de tempo
- b) Eram esses os seus hábitos; / ultimamente, porém, mudara um pouco. – relação de explicação
- c) Era um homem como todos os outros, / a não ser aqueles sem caráter algum. – relação de conformidade
- d) Ponham-se as sacolas no armário, / assim como se faz em casa. – relação de modo.
- e) Correu em direção à casa do seu compadre, / a fim de levar um bolo. – relação de causa.

05. Assinale a frase abaixo que não exemplifica a substantivação de um adjetivo.

- a) O impossível de hoje pode ser o possível de amanhã.
- b) Quem ao feio ama, bonito lhe parece.
- c) O excelente sempre busca se superar.
- d) O barato sai caro; pode acreditar nisso.
- e) A vida só é dura para quem é mole.

06. A frase abaixo em que as duas palavras sublinhadas mostram acento gráfico devido à mesma regra, é:

- a) A ignorância é o maior inimigo do progresso de um país.
- b) O ímpeto atua como um combustível para a alma.
- c) O café sempre dá um pé de energia para começar o dia.
- d) Borboletas pousaram na janela, e fui até lá para contemplá-las.
- e) Ninguém contava o final do episódio de ontem.

07. Assinale a opção na qual o adjetivo expressa uma opinião sobre as sociedades.

- a) sociedades inglesas.
- b) sociedades contemporâneas.
- c) sociedades globais.
- d) sociedades tóxicas.
- e) sociedades digitais.

08. Assinale a frase abaixo que mostra paralelismo em sua estruturação:

- a) Comprar uma moto e alugá-la não são ações lucrativas.
- b) Sorte no amor, azar no jogo e atraso no trânsito fazem parte da vida.
- c) Quanto mais difícil é fechar um edital, mais altas são as remunerações;
- d) Pelo ofício circular, recomendou-se aos Ministérios economizar energia e que elaborassem planos de redução de despesas;
- e) No discurso de posse, mostrou determinação, não ser inseguro, inteligência e ter ambição.

09. Entre as preposições destacadas, aquela que depende sintaticamente de um termo anterior é:

- a) Li um livro de Rousseau
- b) foi de fato comprovado
- c) não está de todo destruída
- d) o simples fato de alguém cometer uma falácia
- e) o fogo é quente por meio da premissa

10. Abaixo, há tipos diversos de textos elencados; assinale a correspondência adequada:

- a) tipo informativo: livros escolares;
- b) tipo normativo: regulamentos de condomínios;
- c) tipo publicitário: bulas de remédios;
- d) tipo didático: classificados;
- e) tipo instrucional: propaganda de celular.

11. Na frase “Gil a vida toda se esforçou muito, mas seus concorrentes nem sempre fizeram isso”, o verbo fazer substitui toda uma oração.

A frase abaixo em que isso também ocorre é:

- a) A mãe pediu que ninguém saísse, mas o filho fez o contrário múltiplas vezes;
- b) Enquanto a maioria estudava apenas teoria, uns poucos faziam exercícios;
- c) Nem todos os servidores públicos fazem as mesmas coisas todos os dias;
- d) Até os bombeiros chegarem, os médicos faziam atendimentos de emergência;
- e) Enquanto o chefe cozinhava a carne, o assistente fazia as sobremesas.

12. A frase em que NÃO há nenhum termo elíptico é:

- a) Ela lê livros de ficção, mas eu, apenas de conteúdo técnico;
- b) Nem todos entendem o texto que leem;
- c) As pessoas não priorizam as mesmas coisas que você;
- d) Gil estuda tanto quanto o irmão;
- e) Vaidade demais traz grandes prejuízos para a estima.

13. Assinale a alternativa que apresente as palavras em sentido lógico:

- a) O vento dançava entre as árvores, embalando as folhas secas pelo chão.
- b) A cidade acordou sob um manto de neblina, cobrindo as ruas como um véu.
- c) O juiz tomou uma decisão fria e calculada, sem deixar espaço para emoções.
- d) O tempo é um ladrão, roubando os momentos preciosos da nossa juventude.
- e) O atleta voou pela pista e cruzou a linha de chegada em primeiro lugar.

14. *O Ministério Público promove ações penais e civis, além de representar os interesses dos incapazes, atuando pela preservação de direitos em áreas, como: educação, saúde, meio ambiente, direitos dos idosos, crianças, adolescentes, pessoas portadoras de deficiência e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.*

Para exercer o poder de um órgão fiscalizador, o Ministério Público não faz parte de nenhum dos outros três poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo). Por isso, o MP tem como princípio sua a independência e autonomia funcional e administrativa.

O Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, segundo o artigo 127 da Constituição Federal de 1988.

O texto deve ser classificado predominantemente como:

- a) A publicitário, pois faz propaganda da atividade dos promotores;
- b) B informativo, pois dá a conhecer fatos novos;
- c) C normativo, pois indica regras constitucionais a serem seguidas;
- d) D didático, pois ensina como proceder;
- e) E metalinguístico, pois indica significados de palavras.

15. No estudo da argumentação, uma falácia é um raciocínio que aparenta ser válido, mas contém um erro lógico. Assinale a alternativa em que a falácia não está corretamente identificada:

- a) Falsa causa – "Desde que comecei a usar minha camisa da sorte, meu time nunca mais perdeu. Com certeza, ela é o motivo das vitórias!"
- b) Apelo à ignorância – "Ninguém conseguiu provar que fantasmas não existem, então eles devem ser reais."
- c) Generalização apressada – "Se os planetas giram ao redor do Sol como elétrons ao redor do núcleo de um átomo, então o sistema solar deve obedecer às mesmas leis da física quântica."
- d) Falso dilema – "Ou você apoia todas as decisões do governo, ou você é contra o país."
- e) Ad hominem – "Esse cientista não pode estar certo sobre o aquecimento global, pois ele já errou uma previsão no passado e não é inteligente."

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

16. O processo organizacional é composto por quatro Funções Administrativas, função planejamento, organização, direção e controle. Pode-se dizer que a função planejamento envolve, dentre outras, a seguinte ação:

- a) Dividir o trabalho e atribuir as responsabilidades.
- b) Estabelecer os objetivos e definir os meios (traçar as estratégias) para alcançá-los.
- c) Estabelecer os meios e recursos necessários para alcançar o objetivo proposto pelo planejamento.
- d) Conduzir os trabalhos para que seja colocado em prática tudo aquilo que foi organizado e planejado.
- e) Monitorar as atividades e fazer as correções necessárias.

17. João das Neves é Gerente de Comunicação de determinada Entidade Pública. A sua principal atribuição é divulgar para a sociedade os projetos e resultados alcançados pela Entidade. Mario Bros, por sua vez, também é funcionário dessa mesma Entidade Pública e tem como principal atribuição compartilhar informações relevantes com outros membros da Entidade.

Tendo em vista os papéis desempenhados pelo administrador, pode-se afirmar que João das Neves e Mario Bros desempenham, essencialmente, papéis:

- a) informacionais, de disseminador e porta-voz, respectivamente.
- b) interpessoais, de porta-voz e disseminador, respectivamente.
- c) interpessoais, de disseminador e porta-voz, respectivamente.
- d) informacionais, de porta-voz e disseminador, respectivamente.
- e) interpessoais, de porta-voz e monitor, respectivamente.

18. O planejamento estratégico

- a) é realizado pelo nível intermediário da organização.
- b) é orientado para o médio prazo.
- c) tem foco em tarefas rotineiras.
- d) envolve a organização como um todo.
- e) envolve uma determinada unidade da organização.

19. Conforme a teoria de Maslow, após terem sido satisfeitas as necessidades primárias, a próxima necessidade a ser satisfeita é a necessidade

- a) fisiológica
- b) de segurança
- c) social
- d) de estima
- e) de autorrealização

20. Suponha que o Ministério Público da União tenha analisado, em 2020, 1.000 processos, com um dispêndio total de 1.000.000 reais e, em 2021, tenha analisado 1.200 processos, com um dispêndio total de 1.200.000 reais.

Pode-se dizer que, de 2020 para 2021, o Ministério Público da União foi:

- a) mais eficiente
- b) menos eficiente
- c) menos eficaz
- d) mais eficaz
- e) igualmente eficaz

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

21. A empresa Poluição S/A quer instalar um novo estabelecimento em uma área que está dentro dos limites de uma Área de Relevante Interesse Ecológico instituída por decreto federal, localizada estritamente dentro dos limites de um determinado estado da federação e gerida pelo ICMBio. Acerca dessa situação e considerando que o empreendimento se enquadra nas hipóteses de exigência de licenciamento ambiental, é correto afirmar que:

- a) A empresa deverá entrar com pedido de licenciamento junto ao órgão ambiental licenciador estadual, haja vista a localização do empreendimento se restringir aos limites estaduais.
- b) A Área de Relevante Interesse Ecológico não poderia ter sido criada por decreto federal, apenas por lei.
- c) O empreendimento não pode ali ser instalado, pois a Área de Relevante Interesse Ecológico representa uma categoria de Unidade de Conservação de proteção integral, cujo objetivo principal é a preservação ambiental.

- d) A empresa deverá entrar com pedido de licenciamento junto ao IBAMA.
- e) A empresa deverá entrar com pedido de licenciamento junto ao órgão ambiental municipal onde se localiza a sede da empresa.

22. O delegado Alfa acabou de tomar posse no cargo e, como primeiro caso, recebeu um possível crime ambiental praticado por uma empresa. Recordando as principais disposições trazidas pela Lei de Crimes e Infrações Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998), ele recordou, corretamente, que:

- a) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, não se aplicando esse disposto a pessoas jurídicas, pela natureza das infrações ambientais.
- b) A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nesta Lei terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional.
- c) A situação econômica do infrator, no caso de detenção, deve ser observada para a imposição e gradação da penalidade por crime ambiental.
- d) O fato de o agente infrator não cometer crime à noite representa uma circunstância que atenua sua pena.
- e) O fato de o agente infrator cometer crime aos sábados representa uma circunstância que agrava sua pena.

23. Um grupo de trabalho do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) realizou estudo de áreas prioritárias em termos de importância ecológica com vistas à criação de novas unidades de conservação (UCs). Nesse estudo, ficou apontado que, em diversos locais, a despeito da importância ecológica, havia presença de populações humanas não tradicionais nos locais onde as unidades de conservação deveriam ser criadas. Para evitar processos de desapropriações ou futuras desafetações, o relator do estudo decidiu que a prioridade seria a criação de UCs que permitissem certo grau de ocupação humana.

Desse modo, pode-se afirmar que uma possível categoria de unidade de conservação priorizada pelo relator foi:

- a) Estação Ecológica.
- b) Reserva Biológica.
- c) Floresta Nacional.
- d) Área de Proteção Ambiental.
- e) Reserva da Biosfera.

24. O delegado Beta acabou de tomar posse no cargo e, como primeiro caso, recebeu um possível crime ambiental praticado por uma empresa. Recordando as principais disposições trazidas pela Lei de Crimes e Infrações Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998), ele recordou, corretamente, que:

- a) As pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas administrativa e civilmente, mas não penalmente.
- b) A responsabilidade penal das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, quanto ao mesmo fato.
- c) Pode ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- d) A Lei não tipifica condutas omissivas, apenas comissivas.
- e) A prestação de serviços à comunidade consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância,

fixada pelo juiz, não inferior a um salário-mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários-mínimos.

25. André, Analista do MPU, é consultado por um colega sobre a destinação correta a ser dada para papel, pilhas, baterias e produtos eletroeletrônicos gerados nos edifícios do órgão. Muito atento à legislação ambiental pertinente, André respondeu corretamente que:

- a) Todos os materiais citados estão sujeitos à logística reversa prevista no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- b) As pilhas, baterias e os produtos eletroeletrônicos submetem-se à logística reversa prevista no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, enquanto o papel, caso gerado, deve ter seu uso reduzido, devendo, sequencialmente, ser reciclado e reutilizado, nessa ordem.
- c) As pilhas e baterias submetem-se à logística reversa prevista no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, enquanto o papel e os produtos eletroeletrônicos devem ser encaminhados para a disposição final ambientalmente adequada.
- d) As pilhas, baterias e o papel submetem-se à logística reversa prevista no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, enquanto os produtos eletroeletrônicos devem ser encaminhados para a disposição final ambientalmente adequada.
- e) As pilhas, baterias e os produtos eletroeletrônicos submetem-se à logística reversa prevista no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, enquanto o papel, caso gerado, deve ter seu uso reduzido, devendo, sequencialmente, ser reutilizado e reciclado, nessa ordem.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE*Géssica Ehle*

26. A reforma do Poder Judiciário ocorrida por meio do advento da Emenda Constitucional n. 45/2004, trouxe significativos impactos ao procedimento de internalização de Tratados de Direitos Humanos. Diante da previsão de um procedimento especial, desde seu quórum até o número de turnos para sua aprovação, após amplo debate jurisprudencial restou decidido que todos os Tratados de Direitos Humanos aprovados antes da referida Emenda:

- a) terão status imutável de norma supralegal
- b) poderão ser reapreciados em procedimento especial para que atinjam status de norma constitucional
- c) atingem status de norma supraconstitucional haja vista a inexistência de procedimento especial até o advento da Emenda
- d) têm status supralegal e dependerão de nova apreciação para que produzam seus efeitos
- e) restam equiparados às leis ordinárias, tal como os demais tratados que não dispõem sobre Direitos Humanos

27. A Declaração Universal dos Direitos Humanos dispõe que todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Nesse sentido, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos

- a) é instrumento que declara direitos humanos àqueles que são nacionais dos Estados-membros da ONU
- b) desconsidera o conteúdo da Carta das Nações Unidas, inovando ao promover a sua fé nos direitos fundamentais do ser humano, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher

c) é instrumento tratado como marco jurídico da terceira geração dos direitos humanos, considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão

d) Foi proclamada em Assembleia Geral tendo servindo como ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações por meio de medidas a serem aplicadas de imediato por cada Estado, tão logo promova sua assinatura

e) Considera ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações, fornecendo, para tanto, planejamento para que se construa linha de represália frente aos eventuais arranjos de novos conflitos bélicos

28. Estado Americano prevê a pena de trabalhos forçados a ser aplicada conjuntamente à pena privativa de liberdade. Caio foi condenado a tal cumprimento. Nos termos da Convenção Americana de Direitos Humanos, é correto afirmar que

a) Caio poderá ter de cumprir trabalhos forçados ainda que esses impeçam o cumprimento da pena privativa de liberdade

b) que a pena de trabalhos forçados restou abolida a partir do Pacto de San José da Costa Rica, de modo que o recluso tem direito à impetração de um *habeas corpus*.

c) que Caio deverá seguir as ordens das autoridades responsáveis pela execução de sua pena, que poderão impor, dentre outros, o cumprimento de trabalhos forçados como aqueles aplicáveis diante de calamidade que ameace a existência ou o bem-estar da comunidade.

d) que Caio atente para quais trabalhos lhe estejam sendo impostos, lembrando-o de que trabalho ou serviço que faça parte das obrigações cívicas normais não constituem trabalhos forçados.

e) Caio poderá desempenhar trabalhos forçados quando for convocado para o serviço militar, hipótese em que não haverá nenhuma ilegalidade

29. A Agenda 2030 da ONU é um plano global que busca promover um mundo melhor para todos os povos e nações. A Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, em setembro de 2015, com a participação de 193 estados membros, estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com a Agenda 2030 da ONU, são objetivos de desenvolvimento sustentável:

- a) Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles de modo que, até 2030, progressivamente se alcance e sustente o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional.
- b) Assegurar padrões de produção e de consumo condizentes com as possibilidades econômicas de cada Estado.
- c) Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas nos níveis mais baixos.
- d) Quando busca promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, apresenta como meta erradicar todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.
- e) Tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, suprimindo os assentamentos humanos.

30. A prática de homofobia e transfobia é vivenciada diuturnamente aos dias atuais, de modo que seu enfrentamento tem gerado importantes discussões em âmbito legislativo e judicial. Em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisão significativa em relação à criminalização da homofobia. A referida jurisprudência,

- a) dispõe que apenas discursos de ódio explícitos contra pessoas LGBTQIAN+ podem ser considerados crime de racismo.
- b) trata da desconsideração da homofobia como uma forma de discriminação passível de punição legal.
- c) afere que há lacuna normativa e notória inconstitucionalidade por omissão, que carecerá de efetivo enfrentamento até que o tema seja enfrentado pelo Congresso Nacional.
- d) promove o enquadramento das práticas de homofobia e transfobia ao crime de racismo, prevendo a aplicabilidade da Lei nº 7.716/1989 diante de discursos de ódio proferidos em face da identidade de gênero ou orientação sexual de um indivíduo.
- e) conceitua nova espécie de racismo, tratando-se do racismo antidiscriminatório, que tutela interesses e direitos de pessoas transsexuais que tenham passado por procedimentos para mudança de sexo.

MÓDULO II**LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL***Emerson Douglas*

31. (Professor Emerson Douglas 2025) A lei federal 13.316/2016 dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União (MPU) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Sobre essa norma, marque a alternativa correta.

- a) Cada ramo do MPU tem seu próprio quadro de pessoal. Os quadros efetivos do MPU são compostos pelas carreiras constituídas pelos cargos de Analista e Técnico do MPU, ambos de nível superior.
- b) A carreira de Auxiliar será extinta do Ministério Público da União, salvo no Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT).
- c) O MPU destinará, no máximo, 50% dos cargos em comissão aos integrantes das suas carreiras efetivas, em cada ramo, observados os requisitos regulamentares de qualificação e de experiência.
- d) O subprocurador-geral da República Martin Luther King convidou seu primo Malcom X para lhe assessorar no gabinete. Mas esse provimento é vedado pela lei 13.316/2016.
- e) O MPU deverá incluir, como etapa do concurso público, programa de formação de caráter eliminatório ou eliminatório e classificatório, bem como exame psicotécnico de caráter eliminatório, na forma do regulamento e do edital.

32. (Professor Emerson Douglas 2025) Análise esta questão tendo como referência as Portarias PGR/MPU 98/2017 e PGR/MPU 247/2023, que tratam, respectivamente, de Ética e de Integridade no âmbito do Ministério Público da União (MPU). Em seguida, marque a única assertiva correta.

- a) O Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e de sua Escola Superior somente se aplica aos membros do MPU.
- b) Esse Código tem por objetivo tornar claras e

implícitas as normas de ética e de conduta que regem os colaboradores do Ministério Público da União.

- c) A Portaria PGR 98/2017 veda, com exceção dos membros, a adoção de postura hostil, ofensiva e de se praticar qualquer tipo de assédio ou desqualificar os demais profissionais.
- d) Já a Portaria PGR 247/2023 define a existência dos “agentes de integridade”, que são somente os membros que atuam exclusivamente na promoção do Plano e do Programa de Integridade do MPU.
- e) Entre os elementos fundamentais que devem nortear o Programa de Integridade do MPU estão governança pública, meritocracia, tempestividade, vedação ao nepotismo e sustentabilidade.

33. (Professor Emerson Douglas 2025) Sobre os princípios, garantias e prerrogativas do Ministério Público da União (MPU), nos termos da Lei Complementar 75/1993 (LC 75) e da Constituição Federal, crave a única alternativa correta.

- a) São princípios institucionais do Ministério Público da União a unidade, a inamovibilidade e a independência funcional.
- b) Os membros do MPU somente gozarão da garantia da vitaliciedade após três anos de efetivo exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- c) Entre as prerrogativas institucionais dos membros do MPU está o porte de arma, mediante a autorização do Departamento de Polícia Federal.
- d) O Procurador-Geral da República (PGR) tem a prerrogativa de ser processado e julgado, nos crimes comuns, pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- e) Um membro do MPU que officie perante juízos de 1ª instância será processado e julgado, nos crimes comuns e de responsabilidade, pelos Tribunais Regionais Federais, ressalvada a competência do TSE.

34. (Professor Emerson Douglas 2025) Acerca da organização e das competências do MPU e do Ministério Público Federal (MPF), analise cada assertiva e marque a correta nos termos da Lei Complementar 75, de 1993 (LC 75).

- a) O Conselho de Assessoramento Superior determinará aos Conselhos Superiores dos diferentes ramos do MPU medidas para uniformizar os atos decorrentes de seu poder normativo.
- b) As funções do MPU só podem ser exercidas por integrantes da respectiva carreira, salvo pelo princípio da indivisibilidade, que autoriza, excepcionalmente, a membros do MPF e do MPDFT se substituírem.
- c) O MPF exercerá as suas funções nas causas de competência do STF, do STJ, dos seis Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais, e dos Tribunais e Juízes Eleitorais.
- d) O Conselho Superior do MPF é formado, obrigatoriamente, por dez subprocuradores-gerais da República, escolhidos de modos distintos.
- e) A Corregedoria do Ministério Público Federal, dirigida pelo Corregedor-Geral, é o órgão fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros e dos servidores do MPF.

35. (Professor Emerson Douglas 2025) No que concerne às funções eleitorais a serem desempenhadas por membros do Ministério Público, marque a única alternativa certa de acordo com o que preconiza a LC 75/1993.

- a) A filiação a um partido político impede o exercício de funções eleitorais por membro do Ministério Público até três anos após o seu cancelamento.
- b) O Promotor Eleitoral será o membro do Ministério Público local que officie junto ao Juízo incumbido do serviço eleitoral de cada Zona.
- c) Em todas as capitais, o Procurador Regional Eleitoral será designado, pelo Procurador-Geral Eleitoral, dentre os Procuradores Regionais da República no Estado e no Distrito Federal (DF).

d) Incumbe ao Procurador-Geral Eleitoral dirimir conflitos de atribuições, além de designar o Procurador Regional Eleitoral em cada Estado, salvo no DF, onde essa incumbência será do chefe do MPDFT.

e) O Procurador-Geral Eleitoral (PGE) pode ser o próprio Procurador-Geral da República (PGR). Caso o PGR não aceite esse encargo, deverá designar, dentre os Subprocuradores-Gerais da República, aquele que será o novo PGE.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

36. Um Assistente Administrativo de um determinado Ministério Público recebeu instrução de seu superior para executar suas atribuições com o maior rendimento possível, com o objetivo de alcançar os melhores resultados.

Ao fornecer essa orientação, o superior do Assistente está aplicando o princípio administrativo previsto na Constituição referente à:

- a) moralidade.
- b) legalidade.
- c) efetividade.
- d) eficiência.
- e) proporcionalidade.

37. Quando há previsão legal que expressamente autorize sua atuação, a administração pública pode executar diretamente seus atos administrativos, incluindo o uso da força, se necessário, sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

Esse atributo do ato administrativo corresponde à:

- a) coercibilidade.
- b) imperatividade.
- c) autoexecutoriedade.
- d) presunção de legitimidade.
- e) tipicidade.

38. Quando a administração pública avoca atribuições que não sejam de competência exclusiva do órgão subordinado, transfere competências que não lhe sejam privativas e impõe restrições que condicionam ou limitam o exercício de direitos individuais para assegurar o interesse público, ela exerce, respectivamente, os poderes:

- a) hierárquico, de polícia e de polícia.
- b) hierárquico, hierárquico e de polícia.
- c) de polícia, hierárquico e de polícia.
- d) hierárquico, hierárquico e hierárquico.
- e) de polícia, de polícia e de polícia.

39. Acerca da organização administrativa e da administração direta e indireta, analise as seguintes afirmativas:

- I. Apenas por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação pública.
- II. Os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica própria e podem fazer parte tanto da estrutura da administração direta quanto da administração indireta.
- III. A desconcentração ocorre quando o Estado executa algumas de suas funções por meio de outras pessoas, e não por sua administração direta.
- IV. A distribuição de competências entre órgãos internos dentro de uma mesma pessoa jurídica é denominada descentralização.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens I e III estão corretos.
- c) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

40. Se um órgão público precisar adquirir equipamentos de informática por meio de inexigibilidade de licitação, o processo de contratação deverá ser obrigatoriamente instruído, entre outros documentos, com:

- a) documento que comprove a ausência de condenação do fornecedor por qualquer infração.
- b) levantamento de mercado que analise o valor apresentado.
- c) justificativa para a seleção do contratado.
- d) certificado de conformidade.
- e) comprovação de que o fornecedor já tenha sido vencedor em licitação promovida pelo órgão contratante.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

41. Um grupo de pessoas armadas realizou um golpe de Estado, por meio do qual conseguiu tomar o poder no País Alfa. Logo, depois, elaboraram um texto constitucional, a ser submetido à aprovação popular, o que aconteceu rapidamente e com voto favorável de 80% dos eleitores. Essa Constituição, ademais, não limitava efetivamente o poder político, servindo apenas como mero simulacro para legitimar o grupo que tomou o poder. À luz da teoria da constituição, a experiência narrada acima descreve uma constituição:

- a) Bonapartista e semântica
- b) Outorgada e nominalista
- c) Promulgada e normativa
- d) Semirrígida e normativa
- e) Cesarista e nominalista

42. Maria José e José Maria divergiam a respeito do tema da interpretação constitucional. Maria José sustentava que a moderna hermenêutica filosófica, calcada nas lições de Hans-Georg Gadamer, reconhece a diferenciação entre norma e texto da norma, de modo que o intérprete constrói significados, a partir de suas pré-compreensões. Por outro lado, José Maria defendia que somente a visão formalista, baseada na rígida separação entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível, é que podia explicar fenômenos como a mutação constitucional. De acordo com a doutrina majoritária, pode-se afirmar que:

- a) as afirmações de ambos estão totalmente erradas
- b) as afirmações de ambos estão totalmente erradas
- c) apenas as informações de José Maria estão corretas
- d) apenas as informações de Maria José estão corretas
- e) as informações de ambos estão apenas parcialmente corretas.

43. Sinforosa, Procuradora-Geral de Justiça do Estado Beta, deseje ajuizar uma ação de controle concentrado no STF, visando a que seja confirmada a constitucionalidade de determinada lei estadual, em face da Constituição Federal. Nesse contexto, pode-se dizer que:

- a) cabe ação declaratória de constitucionalidade, ação para a qual Sinforosa, porém, não possui legitimidade
- b) cabe ação declaratória de constitucionalidade, ação para a qual Sinforosa possui legitimidade
- c) cabe arguição de descumprimento de preceito fundamental, ação para a qual Sinforosa, porém, não possui legitimidade
- d) cabe arguição de descumprimento de preceito fundamental, ação para a qual Sinforosa possui legitimidade

e) cabe ação direta de inconstitucionalidade, ação para a qual Sinforosa, porém, não possui legitimidade

44. João é Presidente da República, e deseja enviar alguns expedientes ao Congresso Nacional, quais sejam:

- I – Uma Proposta de Emenda à Constituição, a qual deseja ver aprovada com rapidez, dado que o país encontra-se sob estado de defesa.
- II – Uma medida provisória, para reformular a Lei Orgânica do MPU, modernizando-a.
- III – Um Projeto de lei, dispondo sobre o Orçamento do exercício financeiro seguinte.

À luz do que dispõe a CF, é constitucionalmente adequada a proposição prevista em:

- a) I, apenas
- b) II, apenas
- c) III, apenas
- d) I e II
- e) II e III

45. Acerca do Ministério Público da União e da tutela dos povos indígenas na Constituição, julgue os itens a seguir:

I – Cabe ao Ministério Público defender judicialmente os direitos das populações indígenas, sem prejuízo da legitimação das próprias comunidades para atuarem em juízo.

II - A posse tradicional indígena é distinta da posse civil, consistindo na ocupação das terras habitadas em caráter permanente pelos indígenas, nas utilizadas para suas atividades produtivas, nas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e nas necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

III - As terras de ocupação tradicional indígena são de posse permanente da comunidade, cabendo aos indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo, do subsolo, dos recursos minerais, dos rios e lagos nelas existentes.

IV - A proteção constitucional aos direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam depende da existência de um marco temporal em 05 de outubro de 1988.

Estão corretos, apenas:

- a) I e II
- b) I, II e III
- c) II e IV
- d) III e IV
- e) I, II e III

DIREITO CIVIL

Cadu Carrilho

46. As leis permanecem em vigor até que outra a revogue, a respeito das situações envolvendo revogação de lei e as regras contidas na Lei de Introdução à Normas do Direito Brasileiro, marque a opção correta:

- a) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue, ou pelo desuso.
- b) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- c) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga ou modifica a lei anterior.
- d) A lei revogada nunca se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- e) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, a equidade, os costumes e os princípios gerais de direito.

47. Um casal percebe que sua filha de 16 anos está fazendo sucesso com vídeos de brincadeiras na internet e decidem emancipá-la. A respeito da emancipação, será concedida:

- a) pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, após a homologação judicial.
- b) pelo casamento ou união estável.
- c) pela nomeação de emprego público efetivo;
- d) pelo estágio desenvolvido em curso de ensino superior;
- e) pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

48. As pessoas jurídicas são sujeitos de direitos e obrigações e respondem pelas obrigações que lhe são próprias, as, ainda assim, é possível que se sejam alcançados bens particulares dos sócios da pessoa jurídica nos casos de aplicação da desconsideração da personalidade jurídica. A respeito desse instituto, marque a opção correta:

- a) a desconsideração ocorre no caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade e pela confusão patrimonial, conjunta e respectivamente.
- b) pode o juiz, de ofício, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, aplicar a desconsideração da personalidade jurídica.
- c) para aplicação da desconsideração, desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- d) a existência de grupo econômico autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.
- e) não há na legislação previsão a respeito da aplicação da desconsideração inversa, apesar de já consolidada na jurisprudência sua aplicação.

49. A respeito da solidariedade passiva, assunto que compõe o Direito das Obrigações, escolha a única alternativa que coaduna com a legislação em vigor:

- a) cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.
- b) havendo mais de um devedor ou mais de um credor em obrigação divisível, esta presume-se dividida em tantas obrigações, iguais e distintas, quantos os credores ou devedores.
- c) credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, os demais devedores continuam obrigados pela sua parte da dívida.
- d) importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.
- e) se um dos devedores solidários falecer deixando herdeiros, nenhum destes será obrigado a pagar senão a quota que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível; mas todos reunidos serão considerados como um devedor solidário em relação aos demais devedores.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

50. Em decorrência de sua atuação, um membro do Ministério Público Federal tem notado uma efetiva repetição de processos com controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e que, de forma simultânea, traria risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica. Diante disso, está cogitando requerer a instauração de um incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR). De acordo com o Código de Processo Civil.

- a) O Ministério Pública não possui legitimidade para requerer a instauração do IRDR.
- b) A desistência ou o abandono do processo impede o exame de mérito do incidente.
- c) O incidente será julgado no prazo de 1 (um) ano e terá preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus .
- d) O risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica é um requisito prescindível, bastando a efetiva repetição de processos.
- e) Do julgamento do mérito do incidente caberá apelação.

51. A autarquia X, situada no extremo norte do país, ajuizou ação de reintegração de posse de terreno de sua propriedade ocupado há dois anos por grande número de pessoas oriundas de país fronteiriço, caracterizando verdadeiro litígio coletivo pela posse. Para além da reintegração propriamente dita, a Autarquia requereu concessão de medida liminar e, no mérito, condenação dos requeridos em perdas e danos. De acordo com o disposto no Código de Processo Civil,

- a) O Ministério Público deverá intervir no feito em razão da presença de autarquia federal no polo ativo.
- b) Antes de apreciar o pedido de concessão da medida liminar, deverá designar audiência de mediação, a realizar-se em até 30 (trinta) dias

c) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, suscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias

d) O juiz deverá comparecer à área objeto do litígio, em virtude da relevância social.

e) Por se tratar de procedimento especial, eventuais perdas e danos deveriam ter sido pleiteadas em autos apartados.

52. Carlos foi recentemente nomeado Procurador da República na cidade X. Ao chegar em seu novo local de trabalho, após conversa com a equipe de assessores, decidiu separar alguns processos tidos como prioritários em virtude de sua importância social para despachá-los diretamente com os magistrados respectivos. Ao chegar na secretaria de uma das varas, foi informado que no local seguiam estritamente a ordem de conclusão dos feitos, e que não haveria prioridades. Ao receber tal informação, Carlos corretamente afirmou que determinados processos estariam excluídos da regra da ordem preferencial de conclusão. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que não contempla uma dessas exceções:

- a) os processos criminais, nos órgãos jurisdicionais que tenham competência penal.
- b) o julgamento de embargos de declaração.
- c) sentença de improcedência liminar do pedido.
- d) julgamento de embargos à execução.
- e) indeferimento de petição inicial.

53. Paulo, 15 anos, devidamente representado, ajuizou ação de responsabilidade civil em desfavor do Instituto Federal X, autarquia federal, em virtude de acidente ocorrido durante aula do curso técnico de mecânica. Apresentada a contestação e a réplica, o Ministério Público foi intimado para intervir no feito. Na situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) Considerando que o menor está devidamente representado, é desnecessária a intervenção do Ministério Público.
- b) Por se tratar de uma autarquia federal, não há contagem de prazo em dobro para o Instituto Federal X.
- c) A incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público.
- d) Não havia necessidade de que Paulo estivesse representado para ajuizar ação.
- e) Caso os interesses do incapaz colidam com o de seu representante, o Ministério Público deverá exercer a curatela especial.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

54. Sobre a lei penal no tempo, analise as assertivas a seguir:

- I – De acordo com o entendimento predominante do STJ, se uma nova lei penal trouxer simultaneamente benefícios e prejuízos ao agente, o juiz não poderá combinar as leis penais para aplicar retroativamente apenas os aspectos benéficos da nova lei.
- II – A revogação de um tipo penal implica abolitio criminis ainda que a conduta anteriormente prevista no tipo penal revogado passe a ser tipificada em outro tipo penal.
- III – Medidas Provisórias podem criminalizar condutas e estabelecer sanções penais, conforme entendimento do STF, desde que demonstrada relevância e urgência.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I
- b) I e II
- c) II
- d) II e III
- e) III

55. Natanael, funcionário público do IBAMA (autarquia federal), ocupante de função de direção, foi denunciado pelo crime de peculato (art. 312 do CP), por supostamente ter se apropriado de valores dos quais tinha a posse em razão do cargo. Ao aplicar a pena, o Juiz fixou a pena-base em 02 anos. Diante da ausência de agravantes e atenuantes, não houve alteração na segunda fase da dosimetria da pena. Todavia, na terceira e última fase, o Juiz majorou a pena em um terço, por ser Natanael ocupante de função de direção, na forma do art. 327, §2º do CP, aplicando uma pena final de 02 anos e 08 meses de reclusão e 80 dias-multa. Determinou, ainda, como efeito secundário da condenação, a perda do cargo público. Tendo em conta o caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) Agiu incorretamente o magistrado ao aplicar a majorante do art. 327, §2º do CP, bem como ao determinar a perda do cargo público, pois a pena fixada não ultrapassa 04 anos.
- b) Agiu incorretamente o magistrado ao aplicar a majorante do art. 327, §2º do CP, mas foi adequada a aplicação do efeito secundário de perda do cargo público.
- c) Agiu corretamente o magistrado ao aplicar a majorante do art. 327, §2º do CP, bem como foi adequada a aplicação do efeito secundário de perda do cargo público.
- d) Agiu corretamente o magistrado ao aplicar a majorante do art. 327, §2º do CP, mas agiu incorretamente ao determinar a perda do cargo público, pois a pena fixada não ultrapassa 04 anos.
- e) Agiu corretamente o magistrado ao aplicar a majorante do art. 327, §2º do CP, mas agiu incorretamente ao determinar a perda do cargo público, pois se trata de efeito automático da condenação, sendo desnecessária sua previsão expressa na sentença.

56. Bartolomeu, reincidente em crime doloso (condenação anterior por crime de receptação), foi condenado pela prática do crime de extorsão. Durante o julgamento, o juiz considerou que Bartolomeu era portador de circunstâncias judiciais favoráveis, tendo fixado a pena no mínimo legal, 04 anos de reclusão, além da multa.

Atento ao caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) poderá ser fixado o regime inicial semiaberto, não sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
- b) poderá ser fixado o regime inicial semiaberto, sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
- c) poderá ser fixado o regime inicial aberto, sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
- d) deverá ser fixado o regime inicial fechado, não sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
- e) deverá ser fixado o regime inicial fechado, sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL*Antônio Pequeno*

57. Em caso de falta grave cometida por quem já teve reconhecida a remição, de acordo com a Lei nº 7.210/84 e entendimento do STF, é correto afirmar que

- a) a coisa julgada material impede que seja revogado o tempo remido.
- b) por se tratar a sentença de remição de coisa julgada formal, é possível a revogação de até 30 (trinta) dias do tempo remido.
- c) o Juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo de pena remido, sem limite máximo.
- d) o artigo da Lei nº 7.210/84 que possibilita a revogação da remição por falta grave não foi recepcionado pela CR/88.
- e) o Juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo de pena remido, tendo por limite máximo 30 (trinta) dias.

58. Considerando o disposto na Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006, conhecida como Lei de Drogas, assinale a alternativa incorreta.

- a) Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido a prisão em flagrante
- b) Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas
- c) O inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto
- d) A apreensão de veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte e dos maquinários, utensílios, instrumentos e objetos de qualquer natureza utilizados para a prática, habitual ou não, dos crimes definidos nesta Lei será imediatamente comunicada pela autoridade de polícia judiciária responsável pela investigação ao juízo competente
- e) É isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter

ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Priscila Silveira*

59. Em relação à sucessão das leis no tempo, no que diz respeito à lei genuinamente processual penal, pode-se afirmar que:

- a) se sobrevier nova lei processual, enquanto em trâmite processo penal, os atos processuais praticados antes do início de sua vigência devem ser repetidos.
- b) a lei processual penal tem aplicação imediata, mas apenas quanto aos processos que se iniciarem após a sua vigência.
- c) a lei processual penal tem aplicação imediata, tanto para os processos que se iniciarem após a sua vigência quanto para aqueles que já estiverem em curso no ato de sua vigência, desde que as infrações penais a serem apuradas tenham ocorrido após a vigência daquela lei.
- d) a lei processual penal tem aplicação imediata, tanto para os processos que se iniciarem após a sua vigência quanto para aqueles que já estiverem em curso no ato de sua vigência, bem como para as infrações penais a serem apuradas tenham ocorrido após a vigência daquela lei.
- e) a lei processual penal tem aplicação imediata, salvo quando prejudicial ao réu.

60. Augusto, advogado, caluniou seu desafeto, Juvenal, empresário de renome na comarca, imputando-lhe falsamente fato definido como crime.

No que se refere à investigação do crime de calúnia, com vistas a se determinar a sua existência e autoria, é correto afirmar que o inquérito policial poderá ser iniciado:

- a) mediante requisição do juiz, caso não o faça o Ministério Público;
- b) por requisição do Ministério Público, caso não o faça o ofendido;
- c) pela autoridade policial, mediante requerimento do ofendido;
- d) por requisição do Ministro da Justiça, caso não o faça o juiz;
- e) de ofício pela autoridade policial.

61. Em relação à ação penal, assinale a alternativa correta.

- a) Não é possível que o Ministério Público desista da ação, conforme expressa disposição no Código de Processo Penal.
- b) A depender da natureza do crime, a ação penal será privada, mesmo se praticado em detrimento do interesse de município.
- c) Em caso de ação penal pública condicionada, é possível a retratação da representação após o oferecimento da denúncia, caso a vítima, por meio de seu advogado, assim queira.
- d) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente ou descendente, apenas.
- e) O prazo que o ofendido tem para que seu direito de queixa ou de representação não decaia é de 6 meses a contar da data do fato.

DIREITO AMBIENTAL

André Rocha

62. Em seu processo produtivo, determinada indústria pretende majorar a quantidade e carga de poluentes despejados em um rio próximo, o qual historicamente recebeu seus poluentes. Assim, o empreendedor requereu ao órgão ambiental competente alteração na licença ambiental de operação da indústria, que está instalada em zona industrial.

Após a análise técnica necessária, feita com base nos riscos e impactos conhecidos em razão de certeza científica, concluiu-se que os impactos negativos decorrentes da alteração não poderiam sequer ser mitigados a contento.

Assim, o órgão ambiental indeferiu o pedido de licença, com objetivo de impedir a ocorrência de danos ambientais, já que sabidamente a atividade comprometeria a capacidade de suporte dos ecossistemas locais.

Assinale a opção que indica o princípio de Direito Ambiental em que a decisão de indeferimento do pedido de licença está fundada específica e diretamente.

- a) Princípio do poluidor-pagador
- b) Princípio da precaução
- c) Princípio do usuário-pagador
- d) Princípio da prevenção
- e) Princípio da comutatividade

63. Tício, proprietário de uma fazenda com grande diversidade florestal, decide preservar os recursos ambientais nela existentes, limitando, de forma temporária, o uso de parcela de sua propriedade por parte de outros possuidores a qualquer título, o que realiza por meio de servidão ambiental.

Sobre essa temática, assinale a alternativa correta.

- a) Durante o prazo de vigência da servidão ambiental, é permitida a alteração da destinação da área, nos casos de retificação dos limites do imóvel.
- b) No caso em tela, a servidão ambiental não é possível, pois não existe servidão ambiental temporária, apenas perpétua.
- c) A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal.
- d) É vedado ao detentor da servidão ambiental aliená-la, podendo, apenas, cedê-la, parcialmente, por prazo determinado, em favor de entidade pública, com fins especificamente previstos em contrato.
- e) A servidão ambiental somente se aplica à Reserva Legal mínima exigida se a área se mantiver conservada e não for utilizada para uso alternativo do solo.

64. A sociedade empresária ABC S/A é especializada nos serviços de saneamento básico e de outorga de recursos hídricos. Considerando um recente Decreto editado pela União, o qual fixa determinadas regras pelas quais devem ser outorgados direitos de uso dos recursos hídricos existentes em seu território, o advogado da ABC S/A é consultado para analisar a possibilidade de assumir a prestação do serviço.

Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) Não se exige outorga para o aproveitamento dos potenciais hidrelétricos em virtude da natureza e da importância econômica dessa atividade.
- b) No âmbito da União, toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a vinte e cinco anos, renovável.

c) O Poder Executivo Federal pode delegar aos Estados e ao Distrito Federal competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União.

d) O uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos pelo meio rural exige outorga caso a área rural abranja dois ou mais Estados da Federação

e) A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso singular destes.

65. Em decorrência de grave dano ambiental em uma Área de Preservação Permanente devido ao vazamento de óleo lubrificante de uma planta industrial, uma associação civil propôs ação civil pública em face do causador do dano.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

- a) A Ação Civil Pública não deve prosseguir, uma vez que associações civis não são legitimadas a propô-la.
- b) Caso o vazamento de óleo tenha sido resultado direto de tremor de terra natural ocorrido no local, ficará afastada a responsabilidade civil da empresa envolvida.
- c) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, deve obrigatoriamente atuar como fiscal da lei.
- d) Prescreve em 5 anos a pretensão de reparação civil de dano ambiental.
- e) A ação civil dependerá de ação penal já impetrada em face do autor.

DIREITO PENAL MILITAR*Antônio Pequeno*

66. Com o advento da Lei Nº 14688/2023 a parte das penas principais, dentro do Código Penal Militar, sofreu um impacto. Com base nisso, marque alternativa abaixo que não traga uma modalidade de pena principal:

- a) Morte.
- b) Reclusão.
- c) Detenção.
- d) Reforma.
- e) Impedimento

67. A ofensa à dignidade ou ao decoro são elementares que se fazem presentes expressamente no crime militar de:

- a) desacato a funcionário
- b) ingresso clandestino
- c) desacato a superior
- d) desobediência
- e) recusa de obediência

68. Sobre os crimes contra a autoridade ou a disciplina militar, assinale a afirmativa incorreta.

- a) O crime de motim não pode ser cometido por civil.
- b) A diferença entre motim e revolta é que, no crime de revolta, os agentes estão armados.
- c) É crime militar usar, indevidamente, uniforme, distintivo ou insígnia a que o militar não tenha direito.
- d) Desrespeitar superior diante de outro militar é conduta considerada transgressão disciplinar, punida administrativamente, o que exclui a incidência da esfera penal.
- e) O crime de violência contra superior é um crime próprio.

69. É correto afirmar que o militar em serviço ou atuando em razão da função, que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, cometerá o crime de:

- a) corrupção ativa.
- b) prevaricação.
- c) corrupção passiva.
- d) concussão
- e) patrocínio indébito

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR*Antônio Pequeno*

70. CB João, da Polícia Militar Estadual, foi denunciado pela prática do crime do artigo 305, CPM, por ter exigido vantagem indevida de um abordado civil. Durante a instrução do processo, o referido militar foi excluído da corporação por decisão proferida em processo administrativo disciplinar. Nesse caso, a competência para o processo e julgamento será

- a) do juiz de direito da Justiça Militar.
- b) do juiz de direito da Justiça Comum.
- c) do Conselho Especial de Justiça.
- d) do Conselho Permanente de Justiça.
- e) Tribunal do Júri

71. Podemos afirmar que estará impedido de exercer jurisdição no processo penal militar o Juiz que:

- a) Tiver aconselhado qualquer das partes.
- b) For credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes.
- c) For presidente, diretor ou administrador de sociedade interessada no processo.
- d) Tiver parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau inclusive, como parte ou diretamente interessado.
- e) Se tiver dado parte oficial do crime

72. Quanto à ação penal militar condenatória na justiça militar, assinale a opção correta:

- a) A ação penal militar condenatória é sempre pública, mas a regra constitucional admite a ação penal militar de iniciativa privada subsidiária da pública na ocorrência de inércia do Órgão ministerial.
 - b) Não há possibilidade de ação penal militar privada subsidiária da pública no sistema do processo penal militar.
 - c) É cabível a ação penal militar privada subsidiária da pública no âmbito do processo penal militar apenas nos crimes contra a honra, mediante representação do ofendido.
 - d) É cabível a ação penal militar privada subsidiária da pública quando o MP promove o arquivamento implícito do inquérito ou de peças de informação.
 - e) É cabível a ação penal militar privada subsidiária da pública no âmbito do processo penal militar apenas nos crimes contra a pessoa, mediante representação do ofendido.
-

DIREITO DO TRABALHO*Antônio Daud*

Direito do Trabalho: Direito do Trabalho. Princípios e fontes do direito do trabalho. Direitos constitucionais dos trabalhadores na Constituição Federal de 1998. Direitos Fundamentais do Trabalho. Relação de trabalho e relação de emprego: elementos e caracterização. Sujeitos do contrato de trabalho. Empregado e empregador. Conceito e caracterização. Poderes do empregador no contrato de trabalho. Sucessão de empregadores. Grupo econômico. Espécies de contrato de trabalho. Contrato individual de trabalho. Conceito, classificação e características. Contratos de Trabalho e Contratos afins. Fraudes nas relações de emprego. Segurança e medicina no trabalho. Atividades perigosas ou insalubres. Proteção ao trabalho do menor. Proteção ao trabalho da mulher. Lei nº 14.611/2023. Lei nº 14.457/2022. Direito do Trabalho Desportivo - Lei nº 14.597/2023 e suas alterações - Lei nº 9.615/1998 e suas alterações - Lei nº 14.193/2021 e suas alterações. Direito coletivo do trabalho. Conflitos coletivos de trabalho. Convenções e acordos coletivos de trabalho. Liberdade Sindical. Greve. Súmulas e Jurisprudência do TST e do STF em matéria trabalhista. Trabalho ilícito e trabalho proibido. Trabalho decente: conceito e características. Trabalho escravo: conceito e características. Trabalho Infantil. Conceitos, características e piores formas. Aprendizagem. Trabalho Infantil artístico. Meio ambiente do Trabalho. Conceito, princípios e características. Acidente de Trabalho e Doenças Profissionais. Responsabilidade objetiva e subjetiva. Igualdade de oportunidades e combate à discriminação nas relações de trabalho. Ações afirmativas. Assédio sexual, moral e outras violências nas relações de trabalho. Inclusão de trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho. Assédio eleitoral no trabalho. O trabalho na Administração Pública. Regime jurídico. Responsabilidades. Terceirização, trabalho intermitente, trabalho autônomo e outras formas de trabalho. Responsabilidade do tomador dos serviços. Direitos humanos do trabalho e empresas. A dignidade da pessoa humana. Princípios de Ruggie. Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos. OIT e ONU. Principais convenções e tratados internacionais em matéria trabalhista. Agenda 2030. Sustentabilidade econômico-social nas relações de trabalho. Súmulas e Jurisprudência dos tribunais superiores

I. Questões

- 73.** Em relação aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, na esfera trabalhista, e à inclusão do trabalhador com deficiência, assinale a alternativa INCORRETA:
- a) Trabalho decente consiste no trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas.
 - b) Os princípios de Ruggie estão estruturados em pilares que consideram o dever do Estado de proteger as pessoas de violações de direitos humanos, a necessidade de as empresas respeitarem os direitos humanos e de as vítimas terem acesso a mecanismos de reparação, a exemplo de medidas judiciais.
 - c) No âmbito da Agenda ONU 2030, destaca-se o comprometimento de os Estados promoverem o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
 - d) Para fins trabalhistas, o termo “discriminação” compreende, entre outras circunstâncias, toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidade ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão.
 - e) A empresa com 100 ou mais empregados está obrigada a preencher pelo menos 20% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, segundo proporção legalmente estabelecida.

74. Segundo dispõe o Código Penal, reduzir alguém à condição análoga à de escravo poderá sujeitar o infrator à pena de reclusão e multa, sendo que tal conduta pode ser caracterizada pela submissão do trabalhador a determinadas circunstâncias, a qual NÃO se inclui expressamente:

- a) trabalhos forçados.
- b) jornada exaustiva.
- c) condições degradantes de trabalho.
- d) acolhimento de pessoa, mediante grave ameaça, fraude ou abuso.
- e) restrição de locomoção em razão de dívida.

75. Maria, empregada da empresa Alfa Ltda., sofreu acidente durante suas atividades laborais, tendo sido caracterizada a ocorrência de acidente do trabalho para fins trabalhistas e previdenciários.

Referida trabalhadora recebeu adequado atendimento médico, prestado por força do plano de saúde oferecido pela empresa. Após ter se afastado por mais de quinze dias, Maria passou a receber auxílio-doença acidentário. Diante de tal situação, é correto afirmar que:

- a) seu contrato de trabalho ficará suspenso entre o início do seu afastamento e o retorno ao trabalho.
- b) seu contrato de trabalho ficará interrompido entre o início do seu afastamento e o retorno ao trabalho.
- c) Maria não fará jus à manutenção de seu plano de saúde durante o afastamento.
- d) Maria faz jus à estabilidade provisória no emprego, a qual deve perdurar até 6 meses após a cessação do auxílio-doença.
- e) deve ser assegurado a Maria o direito à manutenção de seu plano de saúde, não obstante a suspensão contratual durante a percepção do auxílio-doença acidentário.

76. Analise as assertivas abaixo em relação às negociações coletivas de trabalho:

- I. O acordo coletivo de trabalho tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre adesão ao Programa Seguro-Emprego – PSE, remuneração por produtividade, incluídas gorjetas percebidas pelo empregado, e o valor dos depósitos junto ao FGTS.
- II. O acordo coletivo de trabalho tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre banco de horas anual, intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas, regime de sobreaviso, teletrabalho e modalidade de registro da jornada de trabalho.
- III. Na hipótese de procedência de ação anulatória de cláusula de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, quando houver a cláusula compensatória, esta deverá ser igualmente anulada, sem repetição do indébito.
- IV. Os sindicatos subscritores de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho deverão participar, como litisconsortes facultativos, em ação individual ou coletiva, que tenha como objeto a anulação de cláusulas desses instrumentos.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO*Bruno Klippel*

77. Vilma participou de processo seletivo e foi contratada como música instrumentista da Orquestra do Banco Ultra S/A, no Município de Itabaiana/SE, onde tem o seu domicílio. No contrato de trabalho foi estipulado como foro de eleição para propositura de demanda trabalhista o Município de Aracaju/SE. O banco possui agências em todos estados do Brasil e a sua sede está localizada em Brasília/DF. Durante os oito meses em que foi empregada do Banco, Vilma exerceu suas funções apenas no Município de Aracaju/SE. Caso decida ajuizar reclamação trabalhista em face de seu ex-empregador, deverá propor em

- a) Aracaju, porque foi o local da prestação dos serviços.
- b) Aracaju, por ser o foro de eleição previsto em contrato de trabalho.
- c) Itabaiana, porque é o foro do seu domicílio.
- d) Brasília, por estar situada a sede do Banco reclamado.
- e) Aracaju, Itabaiana ou Brasília, dependendo da sua própria conveniência como reclamante.

78. Na audiência UNA de rito ordinário designada na reclamação trabalhista movida por Ícaro em face da Cia. de Aviação Nuvens S/A, o advogado da reclamada apresentou exceção de incompetência territorial, alegando fatos desconhecidos pelo advogado do reclamante. Nessa situação hipotética, conforme norma prevista em legislação trabalhista,

- a) A exceção de incompetência territorial deverá ser apresentada no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção.
- b) caso seja requerido pelo advogado de Ícaro o prazo de 15 dias para se manifestar sobre a exceção, o juiz deverá concedê-lo, adiando a audiência.
- c) a audiência não será adiada para que o juiz possa decidir sobre a exceção apresentada, não cabendo nenhum prazo para manifestação à parte contrária.
- d) o juiz apreciará imediatamente a arguição da exceção, não havendo previsão de concessão de prazo ao exceto, porque a audiência é UNA.

e) não havendo previsão na Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao juiz, dentro do seu poder de direção do processo, apreciar a exceção na própria audiência, ou decidir em 48 horas em caso de complexidade da matéria, mas não cabe prazo para manifestação do contrário, nesse caso, por se tratar de exceção.

79. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho e entendimento Sumulado do TST, no ato de interposição do agravo de instrumento, em regra, e desde que não atingido o valor da condenação,

- a) não é exigido depósito recursal.
- b) o depósito recursal corresponderá a 50% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
- c) o depósito recursal corresponderá a 30% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
- d) o depósito recursal corresponderá a 60% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
- e) somente será devido o depósito recursal se tratar de procedimento ordinário, sendo este correspondente a 25% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.

80. No tocante à liquidação de sentença, em regra, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, é certo que

- a) a liquidação não abrangerá o cálculo das contribuições previdenciárias devidas, que deverá ser executada de forma independente em razão da natureza do crédito.
 - b) elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz deverá abrir às partes prazo comum de 10 dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
 - c) na liquidação, pode-se modificar a sentença liquidanda bem como discutir matéria pertinente à causa principal.
 - d) tratando-se de cálculos de liquidação complexos, o juiz deverá nomear perito para a elaboração e fixará, depois da conclusão do trabalho, o valor dos respectivos honorários com observância, entre outros, do teto de três salários mínimos regionais.
 - e) elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação da União para manifestação, no prazo de dez dias, sob pena de preclusão.
-

Discursiva

Entenda o que é deep fake e saiba como se proteger

Vídeos que viralizam nas redes sociais mostrando figuras públicas em situações quase inacreditáveis como, por exemplo, o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky anunciando total rendição às tropas da Rússia. Será verdade? Afinal de contas parece tão real... A resposta é não, pois trata-se de uma "deep fake", "falsificação profunda" que, como a tradução indica, é tão bem feita que pode enganar até os mais atentos.

O que muita gente não sabe, porém, é que esse tipo de golpe, além de manipular vídeos com celebridades e políticos famosos, também prejudica empresas e cidadãos comuns, que podem ser envolvidas em fraudes de identidade e extorsões.

Segundo estudo da empresa de segurança Kaspersky, 65% dos brasileiros ignoram a sua existência e 71% não reconhecem quando um vídeo foi editado digitalmente usando essa técnica.

"Deep fake pode ser definido como a criação de vídeos e áudios falsos por meio de inteligência artificial", explica Guilherme Bacellar, especialista de segurança cibernética e fraude da Unico.

A prática costuma utilizar um vídeo de referência e a face (ou corpo) de outra pessoa, que não fazia parte do vídeo original. "É possível ainda criar áudios falsos fazendo a inteligência artificial aprender como uma pessoa fala e, a partir daí, obter uma montagem com outras falas, inclusive alterando os lábios para acompanhar as palavras que são ditas", explica.

Também há vídeos que alteram o rosto ou o corpo de uma pessoa e reconstroem o movimento dos lábios para manter o áudio original. "O objetivo dessas ações é prejudicar a imagem de figuras públicas ou obter ganhos financeiros enganando pessoas comuns", diz.

Disponível em: <https://estudio.folha.uol.com.br/unico/2022/10/entenda-o-que-e-deep-fake-e-saiba-como-se-proteger.shtml>. Acesso em: 09 de agosto de 2023.

Com base no texto apresentado e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema: **o uso da tecnologia de "Deep Fake" apresenta mais oportunidades ou riscos para a sociedade?**

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
